

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.307 - PR (2019/0152722-2)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : GONCALVES & TORTOLA S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : ADRIANA ELIZA FEDERICHE MINCACHE - PR034429
ALAN ROGÉRIO MINCACHE - PR031976
AGRAVADO : QUALYS EMBALAGENS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : LUIZ CARLOS MOREIRA JUNIOR - PR047430

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interno interposto por GONCALVES & TORTOLA S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL contra decisão monocrática de fls. 1.284-1.288, que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial por intempestividade.

Nas razões recursais, aduz a tempestividade do recurso especial, uma vez que a comprovação da sua tempestividade seria desnecessária por ser fato notório, independente de prova, bem como a possibilidade de ser concedido prazo para a comprovação da tempestividade.

Impugnação ao agravo interno não apresentada pela parte agravada, conforme certificado à fl. 1.308.

Intimada a parte agravante a comprovar a tempestividade do recurso especial nos termos do julgamento do REsp nº 1.813.684-SP (fl. 1.310), houve a juntada de comprovação de feriado local à fl. 1.313.

Decido.

2. Preliminarmente, ressalta-se que, em recente julgamento do REsp nº 1.813.684-SP, julgado em 02.10.2019 e publicado no DJe em 18.11.2019, a Corte Especial do STJ decidiu que, sob a vigência do CPC/2015, é necessária a comprovação da existência de feriado local no momento da interposição do recurso; porém, com modulação dos efeitos dessa orientação, de forma que os recursos interpostos antes da publicação desse julgado, como no presente caso, seria permitida a abertura de prazo para a demonstração da ocorrência da suspensão de prazo em virtude de feriado local.

Segue ementa do julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FERIADO LOCAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. NECESSIDADE. SEGURANÇA JURÍDICA. PROTEÇÃO DA CONFIANÇA.

1. O novo Código de Processo Civil inovou ao estabelecer, de forma expressa, no § 6º do art. 1.003 que "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso". A interpretação sistemática do CPC/2015, notadamente do § 3º do art.

1.029 e do § 2º do art. 1.036, conduz à conclusão de que o novo diploma atribuiu à intempestividade o epíteto de vício grave, não havendo se falar,

portanto, em possibilidade de saná-lo por meio da incidência do disposto no parágrafo único do art. 932 do mesmo Código.

2. Assim, sob a vigência do CPC/2015, é necessária a comprovação nos autos de feriado local por meio de documento idôneo no ato de interposição do recurso.

3. Não se pode ignorar, todavia, o elastecido período em que vigorou, no âmbito do Supremo Tribunal Federal e desta Corte Superior, o entendimento de que seria possível a comprovação posterior do feriado local, de modo que não parece razoável alterar-se a jurisprudência já consolidada deste Superior Tribunal, sem se atentar para a necessidade de garantir a segurança das relações jurídicas e as expectativas legítimas dos jurisdicionados.

4. É bem de ver que há a possibilidade de modulação dos efeitos das decisões em casos excepcionais, como instrumento vocacionado, eminentemente, a garantir a segurança indispensável das relações jurídicas, sejam materiais, sejam processuais.

5. Destarte, é necessário e razoável, ante o amplo debate sobre o tema instalado nesta Corte Especial e considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança, da isonomia e da primazia da decisão de mérito, que sejam modulados os efeitos da presente decisão, de modo que seja aplicada, tão somente, aos recursos interpostos após a publicação do acórdão respectivo, a teor do § 3º do art. 927 do CPC/2015.

6. No caso concreto, compulsando os autos, observa-se que, conforme documentação colacionada à fl. 918, os recorrentes, no âmbito do agravo interno, comprovaram a ocorrência de feriado local no dia 27/2/2017, segunda-feira de carnaval, motivo pelo qual, tendo o prazo recursal se iniciado em 15/2/2017 (quarta-feira), o recurso especial interposto em 9/3/2017 (quinta-feira) deve ser considerado tempestivo.

7. Recurso especial conhecido.

(REsp 1813684/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/10/2019, DJe 18/11/2019)(g.n.)

Veja, ainda:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NOVO ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DO FERIADO LOCAL. RESP 1.813.684/SP.

1. A Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, recentemente, no julgamento do REsp 1.813.684/SP (ainda pendente de publicação), firmou a orientação de que o feriado local deve ser comprovado no ato da interposição do recurso. Entretanto, para os recursos interpostos anteriormente à publicação desse julgado, será permitida a abertura de prazo para a demonstração da ocorrência da suspensão de prazos em virtude de feriado local.

2. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para

afastar a intempestividade do recurso especial.

(EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 1288038/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 18/10/2019)

Nesse contexto, considerando que houve a intimação eletrônica da parte recorrente em 08.03.2018 em relação ao acórdão recorrido (fls. 1.006 e 1.009), nos termos do art. 5º, §1º, da Lei nº 11.419/06, reconheço a tempestividade do recurso especial, ante a constatação de que o prazo foi suspenso nos dias 29 e 30 de março de 2018, pelo que o recurso interposto no dia 02.04.2018 (fls. 1.011 e 1.191) se encontra dentro do prazo recursal previsto nos arts. 219 e 1.003, §5º, do CPC de 2015.

Assim, provada a suspensão do prazo processual (fl. 1.313), reconsidero a decisão de fls. 1.284-1.288, e firmo a tempestividade do recurso especial.

3. Passo à análise do agravo em recurso especial.

Cuida-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. APELAÇÃO (1) AUTOR. DANOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE MATERIAL DE EMBALAGEM IMPRÓPRIO PARA O CONGELAMENTO DE PRODUTOS DERIVADOS DE CARNE. SOLICITAÇÃO PELO AUTOR DE REFORMULAÇÃO DO MATERIAL. PLEITO ATENDIDO. ENTREGA DE BOBINAS DE PVC CONVENCIONAL E BOBINAS COM PRODUTO REFORMULADO. FATO QUE FOI DEVIDAMENTE INFORMADO AO AUTOR. LIBERALIDADE DESTE NA UTILIZAÇÃO DO PVC CONVENCIONAL. VERIFICADO. DANOS SOFRIDOS QUE NÃO PODEM SER IMPUTADOS AO FORNECEDOR DE EMBALAGEM. RESPONSABILIDADE CIVIL. NÃO CONFIGURADA. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. SENTENÇA MANTIDA NESTE PONTO. APELAÇÃO (2). RÉU. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CAUSA. INVIABILIDADE. MONTANTE DESPROPORCIONAL AO TRABALHO REALIZADO. FIXAÇÃO EQUITATIVA. NECESSIDADE. MAJORAÇÃO DEVIDA. CONDENAÇÃO DO AUTOR POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. HIPÓTESE NÃO VERIFICADA. MULTA INDEVIDA. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas razões do recurso especial (fls. 1.191-1.205), aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 186 do Código Civil, alegando a prática de ato ilícito pela recorrida, atraindo o dever de indenizar. Afirma que as alegações da autora ora recorrente restaram demonstradas nos autos, inclusive por meio de e-mails trocados com prepostos da recorrida. Assevera que demonstrou que houve falha da recorrida no procedimento de criação dos filmes e que foram encaminhadas à recorrente bobinas do mesmo filme que já se

sabia que não suportaria as condições mais severas de temperatura, sendo fato incontroverso e confessado pela recorrida, decorrendo dano à recorrente. Argui evidente que o filme encaminhado pela recorrida à recorrente deu causa ao prejuízo sofrido. Defende ser patete a lesão à imagem da empresa recorrente.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 1.216-1.224.

4. Na espécie, a Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pela manutenção da sentença de improcedência dos pedidos indenizatórios, consignando a ausência de responsabilidade civil da parte recorrida, com a seguinte fundamentação:

"A configuração da responsabilidade civil e o consequente dever de indenizar pressupõe a existência de dano, conduta, nexo causal e culpa, conforme se denota do art. 186 e seguintes do Código Civil.

Tais elementos não estão presentes no caso em tela.

[...]

Portanto, o fornecimento do filme PVC convencional foi devidamente informado a apelante, antes mesmo do seu envio, sendo que a sua utilização decorreu da liberalidade desta. Não há qualquer prova nos autos de foi desautorizada a entrega ou recusado o recebimento dos materiais cuja formulação era imprópria. Inclusive, a testemunha JOSÉ CARLOS (15:21min, mov. 306.1), gerente de suplementos da apelante, confirmou que, apesar da nova formula das embalagens, continuou-se utilizando o filme PVC convencional, visto que possuíam o mesmo código de produto, que se foi entregue material com as duas formulações, ambos podem ter sido utilizados nos congelados produzidos em novembro/2009.

Deste modo, os danos alegados pela apelante não derivam do simples fornecimento de material impróprio pela apelada, mas sim da sua aceitação e utilização nas embalagens de seus congelados. A condenação da apelada ao pagamento de indenização pelos danos sofridos pela apelante resultaria em enriquecimento ilícito, visto que não pode obter vantagem de sua própria torpeza, conforme art. 884 do CC.

[...]

Portanto, correta a sentença que entendeu pela ausência de responsabilidade civil da apelada, motivo pelo qual deve ser mantida. Assim, nego provimento ao apelo." (fls. 997-999)

Desse modo, no presente caso, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do REsp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, "(...) se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ".

5. Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 1.284-1.288 e, pelas razões

Superior Tribunal de Justiça

ora expendidas, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator